



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular Curso de Mestrado Profissionalizante

Unidade curricular

Direito Processual Penal II

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Carlota Júlia Seabra Pizarro de Almeida – 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

A unidade curricular é lecionada apenas pela docente responsável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Aprofundar os conhecimentos de direito processual penal adquiridos na licenciatura, nomeadamente os temas mais relevantes quando consideradas as implicações a nível de princípios e garantias. Identificar e analisar os problemas relacionados com a evolução recente do fenómeno criminal.

Conteúdos programáticos

Investigação criminal. Garantias de defesa. A prerrogativa de não auto-incriminação (*nemo tenetur se ipsum accusare*). O *nemo tenetur* à luz da jurisprudência do TEDH. O *nemo tenetur* no processo penal. O *nemo tenetur* no processo contra-ordenacional. O *nemo tenetur* e o dever de colaboração. Prova: conceito; meios de prova; proibições de prova. Constituição e proibições de prova. O artigo 32.º, n.º 8, CRP e o artigo 126.º CPP. O sentido de abusiva intromissão (artigo 32.º, n.º 8, CRP). A legalidade. A garantia judicial. A proporcionalidade. A proteção do núcleo essencial do direito. Meios de obtenção de prova. O problema dos meios ocultos de obtenção de prova. Vigilância das telecomunicações. Regime jurídico do correio eletrónico. Buscas *on line*. Registo de som e imagem. O agente encoberto. Criminalidade económica e altamente organizada: estratégias de combate e prevenção; problemas de investigação. Investigação da Criminalidade Organizada e Económico-Financeira. Criminalidade organizada e económico-financeira: o regime da Lei n.º 5/2002. A orientação da investigação para a descoberta dos beneficiários económicos. A derrogação do segredo bancário. O combate ao lucro ilícito. Perda de bens e confisco. Investigação criminal e *offshores*. Proteção de testemunhas. Cooperação judiciária internacional em matéria penal. Obtenção de prova em contexto transnacional. Dificuldades de determinação do local da prática do facto. Cooperação internacional e princípios constitucionais. Entrega internacional de pessoas: regime jurídico da extradição (Lei n.º 144/99) e regime do mandado de detenção europeu (Lei n.º 65/2003). A criminalidade organizada no espaço europeu. *Ne bis in idem* transnacional. Intercâmbio de informações e de meios de prova. Obtenção de prova em contexto transnacional. Cooperação policial. Reconhecimento e execução de decisões.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As matérias foram escolhidas tendo em conta a sua importância relativamente aos direitos e liberdades constitucionalmente protegidos e, por outro lado, a sua relevância para os problemas processuais emergentes face às tendências mais recentes do fenómeno criminal.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A matéria será lecionada em aulas teórico-práticas, sendo os alunos convocados a participar ativamente. A avaliação final efetuar-se-á através de um teste escrito final, conjugado com exposições orais ou escritas sobre temas do programa e jurisprudência relacionada.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia adotada permite desenvolver o espírito crítico e a perceção dos principais problemas suscitados pela aplicação dos regimes legais no âmbito das matérias do programa, bem como desenvolver a capacidade de lidar com os mais recentes problemas a nível de investigação e prova.

Bibliografia principal

AA.VV.: *Direito de Investigação Criminal e da Prova* (coord. Maria Fernanda Palma *et al*), Almedina, Coimbra (2014). *Cooperação judiciária internacional em matéria penal*, (coord. Maria Fernanda Palma *et al*), Coimbra (2014). *Prova*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

criminal e direito de defesa (coord. Teresa Pizarro Beleza *et al*), Almedina, Coimbra (2013). *Direito Penal Económico e Financeiro* (coord.: Maria Fernanda Palma *et al*), Coimbra (2012). *Mudar a Justiça Penal – Linhas de reforma do processo penal português* (coord.: António João Latas), Coimbra (2012). *As alterações de 2010 ao Código Penal e ao Código de Processo Penal* (coord: Rui do Carmo e Helena Leitão) CEJ, Coimbra (2011). *Criminalidade económico-financeira e criminalidade organizada*, Revista do CEJ (dossier temático), Almedina, Coimbra (2011). *2.º Congresso de Investigação Criminal* (coord.: Maria Fernanda Palma *et. al*), Coimbra: Almedina (2010). *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Figueiredo Dias* (coord.: Manuel da Costa Andrade *et. al*), vols. I e III, Coimbra (2010). *Que Futuro para o Direito Processual Penal?* Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português (coord.: Mário Ferreira Monte *et al*), Coimbra (2009). *Direito Penal Económico e Europeu: textos doutrinários*, vol. II e III, Coimbra (2009). *A reforma do Direito Processual Penal português em perspectiva teórico-prática*, RPCC (número especial) (2009). *A Reforma do Sistema Penal de 2007 – Garantias e Eficácia* (coord. José Mouraz Lopes), Coimbra (2009). *Jornadas sobre a revisão do Código de Processo Penal – Estudos*, Revista do CEJ, n.º 9 (especial) (2008). *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (coord.: Maria Fernanda Palma), Coimbra (2004). ANDRADE, Manuel da Costa: *Sobre as proibições de prova em processo penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimp., 2006), 1992. BELEZA, Teresa Pizarro: *Apontamentos de Processo Penal* (Aulas teóricas dadas ao 5.º Ano, FDL, 1991/92, 1992/93 e 1994/95), com a colaboração de outros Autores, 3 vols., Lisboa (1995). BRAZ, José: *Investigação Criminal. Os desafios da nova criminalidade*, 2ª ed. Almedina, Coimbra (2010) BUCHO, José Manuel da Cruz *et al*: *Cooperação Internacional Penal*, Vol. I, Lisboa (2000). CUNHA, José Damião da *Perda de bens a favor do Estado : arts.7º-12º da Lei nº5/2002, de 11 de Janeiro-medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira*, Centro de Estudos Judiciários (2002). DIAS, Augusto Silva/RAMOS, Vânia Costa: *O direito à não auto-inculpação (nemo tenetur se ipsum accusare) no processo penal e contraordenacional português*, Coimbra (2009). DIAS, Jorge de Figueiredo: *Direito Processual Penal*, Coimbra (reimp., 2004), 1974. LOUREIRO, Joaquim: *Agente infiltrado? Agente provocador? Reflexões sobre o acórdão do TEDH de 9 de junho de 1998 – condenação do Estado Português*, Almedina (2007). MATA-MOUROS, Maria de Fátima: *Juiz das Liberdades – Desconstrução de um mito processual*, Coimbra (2011). MENDES, Paulo Sousa: *Lições de Direito Processual Penal*, Almedina (2013). NEVES, R. Castanheira: *As ingerências nas comunicações electrónicas em Processo Penal – Natureza e respectivo regime jurídico do correio electrónico enquanto meio de obtenção de prova*, Coimbra (2011). ONETO, Isabel: *O agente infiltrado Contributo para a compreensão do regime jurídico das ações encobertas*, Coimbra (2005). RAMOS, Vânia Costa: *Ne bis in idem e União Europeia*, Coimbra (2009). RODRIGUES, Benjamin Silva: *Da prova penal*, Tomo II, Lisboa (2010); *Da prova penal*, Tomo I, 2.ª ed., Coimbra (2009); *A monitorização dos fluxos informacionais e comunicacionais*, Vols. I e II, Coimbra (2009). SILVA, Germano Marques da: *Curso de Processo Penal*, Vol. I, II e III, Lisboa, 2008. TEIXEIRA, António J.: *Os limites do efeito à distância*, UC (2014).

Curricular unit sheet Course Master

Curricular unit

Direito Processual Penal II

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit

Carlota Júlia Seabra Pizarro de Almeida – 2 horas semanais

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

The course is taught only by responsible academic staff

Learning outcomes of the curricular unit

It is intended to deep the acquired knowledge during the graduation studies, with particular focus on issues considered more relevant to principles and guarantees and to identify and analyze problems related to the recent evolution of the criminal phenomenon.

Syllabus

Criminal investigation and proof. Defense guarantees. Proof. Economic crime. International cooperation in criminal matters.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The issues were chosen taking into account its importance in relation to constitutionally protected rights and freedoms and, moreover, its relevance to the emerging procedural problems face to the latest trends of the criminal phenomenon.

Teaching methodologies (including evaluation)

Matters are lectured in theoretical/practical lessons, where students are invited to have an active participation. The final evaluation shall be achieved through oral or written presentations about program issues and related jurisprudence and a final written test.

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The methodology allows developing critical thinking and better perception of the main issues raised by the application of legal regimes within the subjects of the program as well as develop the ability to deal with the latest issues in terms of investigation and proof.

Main Bibliography

AA.VV. : *Direito de Investigação Criminal e da Prova* (coord. Maria Fernanda Palma *et al*), Almedina, Coimbra (2014). *Cooperação judiciária internacional em matéria penal*, (coord. Maria Fernanda Palma *et al*), Coimbra (2014). *Prova criminal e direito de defesa* (coord. Teresa Pizarro Beleza *et al*), Almedina, Coimbra (2013). *Direito Penal Económico e Financeiro* (coord.: Maria Fernanda Palma *et al*), Coimbra (2012). *Mudar a Justiça Penal – Linhas de reforma do processo penal português* (coord.: António João Latas), Coimbra (2012). *As alterações de 2010 ao Código Penal e ao Código de Processo Penal* (coord: Rui do Carmo e Helena Leitão CEJ, Coimbra (2011). *Criminalidade económico-financeira e criminalidade organizada*, Revista do CEJ (dossier temático), Almedina, Coimbra (2011). *2.º Congresso de Investigação Criminal* (coord.: Maria Fernanda Palma *et al*), Coimbra: Almedina (2010). *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Figueiredo Dias* (coord.: Manuel da Costa Andrade *et al*), vols. I e III, Coimbra (2010). *Que Futuro para o Direito Processual Penal?* Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português (coord.: Mário Ferreira Monte *et al*), Coimbra (2009). *Direito Penal Económico e Europeu: textos doutrinários*, vol. II e III, Coimbra (2009). *A reforma do Direito Processual Penal português em perspectiva teórico-prática*, RPCC (número especial) (2009). *A Reforma do Sistema Penal de 2007 – Garantias e Eficácia* (coord. José Mouraz Lopes), Coimbra (2009). *Jornadas sobre a revisão do Código de Processo Penal – Estudos*, Revista do CEJ, n.º 9 (especial) (2008). *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (coord.: Maria Fernanda Palma), Coimbra (2004). ANDRADE, Manuel da Costa: *Sobre as proibições de prova em processo penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimp., 2006), 1992. BELEZA, Teresa Pizarro: *Apontamentos de Processo Penal* (Aulas teóricas dadas ao 5.º Ano, FDL, 1991/92, 1992/93 e 1994/95), com a colaboração de outros Autores, 3 vols., Lisboa (1995). BRAZ, José: *Investigação Criminal. Os desafios da nova criminalidade*, 2ª ed. Almedina, Coimbra (2010) BUCHO, José Manuel da Cruz *et al*: *Cooperação Internacional Penal*, Vol. I, Lisboa (2000). CUNHA, José Damião da *Perda de bens a favor do Estado : arts.7º-12º da Lei nº5/2002, de 11 de Janeiro-medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira*, Centro de Estudos Judiciários (2002). DIAS, Augusto Silva/RAMOS, Vânia Costa: *O direito à não auto-inculpação (nemo tenetur se ipsum accusare) no processo penal e contraordenacional português*, Coimbra (2009). DIAS, Jorge de Figueiredo: *Direito Processual Penal*, Coimbra (reimp., 2004), 1974. LOUREIRO, Joaquim: *Agente infiltrado? Agente provocador? Reflexões sobre o acórdão do TEDH de 9 de junho de 1998 – condenação do Estado Português*, Almedina (2007). MATA-MOUROS, Maria de Fátima: *Juiz das Liberdades – Desconstrução de um mito processual*, Coimbra (2011). MENDES, Paulo Sousa: *Lições de Direito Processual Penal*, Almedina (2013). NEVES, R. Castanheira: *As ingerências nas comunicações electrónicas em Processo Penal – Natureza e respectivo regime jurídico do correio electrónico enquanto meio de obtenção de prova*, Coimbra (2011). ONETO, Isabel: *O agente infiltrado Contributo para a compreensão do regime jurídico das ações encobertas*, Coimbra (2005). RAMOS, Vânia Costa: *Ne bis in idem e União Europeia*, Coimbra (2009). RODRIGUES, Benjamin Silva: *Da prova penal*, Tomo II, Lisboa (2010); *Da prova penal*, Tomo I, 2.ª ed., Coimbra (2009); *A monitorização dos fluxos informacionais e comunicacionais*, Vols. I e II, Coimbra (2009). SILVA, Germano Marques da: *Curso de Processo Penal*, Vol. I, II e III, Lisboa, 2008. TEIXEIRA, António J.: *Os limites do efeito à distância*, UC (2014).